



5° EPPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

OS REBATIMENTOS NEOLIBERAIS NO TRABALHO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR

Janaina Zildéia da Silva Paiva¹
Elenise Faria Scherer²
Maria Ferreira de Oliveira Filha³
Shigeaki Ueki Alves da Paixão⁴

RESUMO

Este artigo busca analisar as mudanças do trabalho docente no ensino superior, considerando as influências do neoliberalismo no mundo trabalho. Como as políticas neoliberais vão incidir na área educacional, com o Estado adotando a participação mínima nesse setor, direcionando investimentos e incentivando a ampliação da iniciativa privada nesse ramo. A atuação docente se dará nesse contexto de incertezas, no qual esse profissional estará sujeito à lógica neoliberal na sua rotina profissional.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho. Trabalho Docente. Ensino Superior.

¹ Assistente Social. Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da UFAM. E-mail: janainajzsp@gmail.com

² Professora Titular da UFAM, Pós-doutora pelo Intitut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine - Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2008). E-mail: elenisefaria@gmail.com

³ Assistente Social. Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da UFAM. E-mail: mariaferreira_oliveira@hotmail.com

⁴ Gestão em Tecnologia do Turismo. Doutorando do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da UFAM. E-mail: shigeakitourism@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article analyzes the changes of teaching work in higher education, considering the influences of neoliberalism in the world of work. As neoliberal policies will affect the educational area, with the State adopting the minimum participation in this sector, directing investments and encouraging the expansion of private initiative in this area. The teaching performance will take place in this context of uncertainties, in which this professional will be subject to neoliberal logic in his professional routine.

Keywords: Neoliberalism. Job. Teaching work. Higher education.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é uma atividade humana transformadora e muitas vezes difícil, contudo necessária. Embora quando se fala em trabalho é possível compreender o seu sentido como uma ação desempenhada pelo homem que possui diversos significados.

De acordo com Santos Neto (2014), como ser social o homem se faz homem na relação com a natureza por meio do trabalho, ou seja, ele se autoproduz através de seu trabalho. O trabalho é a categoria basilar do mundo dos homens.

Para a autora, Albornoz (2008), o trabalho representa uma finalidade realizada por um esforço, que pode ser predominantemente físico e/ou intelectual. Mesmo quando não se produz nada aparentemente visível, a maioria dos esforços intelectuais se faz por meio do esforço corporal. E é essa intencionalidade, essa consciência que nos difere dos animais que agem apenas por instinto. Essa superioridade, levou o homem a utilização dos instrumentos e a divisão social do trabalho, tão necessários à reprodução da vida. Logo, o significado do trabalho vai depender do contexto histórico, cultural e do sentido na qual vai ser empregado.

Para Alves (2007), o homem é um animal que produz objetos, e isso denomina-se objetivação ou exteriorização. E através desse processo de objetivação do trabalho que o animal homem se transforma em ser humano.

Já para Santos Neto (2013), o processo de objetivação do trabalho supõe-se uma relação objetiva da consciência com o seu organismo biológico, sendo assim sem o organismo vivo é impossível a objetivação do trabalho.

Nesse sentido esse artigo busca analisar as transformações no trabalho docente do ensino superior público, apreciando os possíveis impactos produzidos a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em virtude da política neoliberal com a reestruturação produtiva e a globalização da economia e sua incidência em relação ao trabalho docente no ensino superior público.

2- O trabalho no mundo atual

No capitalismo contemporâneo o mundo do trabalho vem passando por mudanças expressivas em diversos segmentos, e no mundo como um todo. Houve uma diminuição nos países de capitalismo avançado da classe operária industrial tradicional, a essa situação Antunes (2011) denomina de a “desproletarização do trabalho fabril.” Mas, por outro lado, tem ocorrido uma significativa expansão do trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços. Todavia, tem se verificado uma heterogeneização do trabalho, com o aumento da inserção feminina no mundo do trabalho. Porém, se percebe também uma expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, o que pode ser considerado como uma “subproletarização” do trabalho. O que tem caracterizado a sociedade dual do capitalismo avançado.

Para Antunes (2011), a sociedade contemporânea atingiu o auge da inovação tecnológica, porém o desemprego estrutural tem atingido recordes sem registro na história das sociedades modernas. Pois, se de um lado se reduz o operariado industrial, por outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário no setor de serviços. Se incorpora o trabalho feminino, mas se exclui os mais velhos e os jovens. É possível assim, caracterizar a classe trabalhadora como mais fragmentada, heterogênea e complexa. Essa retração do proletariado fabril nos países de capitalismo avançado decorre da automação, da robótica e da microeletrônica, que tem contribuído para a fenomenal taxa de desemprego estrutural.

E paralelo a essa questão, encontramos os trabalhadores vinculados, principalmente à economia informal, que tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes, que representa uma regressão dos direitos sociais, como a falta de cobertura sindical, levando a uma individualização da relação salarial. A tendência atual dos mercados de trabalho é possuir cada vez mais trabalhadores que

sejam facilmente demitidos e sem custos adicionais, isso em virtude dessas perdas de direitos trabalhistas e favorecida pela enorme massa que compõe o exército de reserva de trabalhadores. Isso também em decorrência da expansão e do intenso assalariamento da sociedade de serviços, que tem incorporado um expressivo quantitativo da força de trabalho feminino, além da subproletarização do trabalho em si, com trabalhos parciais e temporários (ANTUNES, 2011).

A substituição e redução do trabalho vivo pelo trabalho morto, no operariado industrial tradicional, vai desencadear uma situação dupla, exigindo uma maior qualificação de um lado e uma maior desqualificação por outro. Essa máxima qualificação será para o que Marx (1996) denominou de “supervisor e regulador do processo de produção”, o homem perdeu o seu papel de protagonista na produção, e aparece agora como coadjuvante do processo. Contudo, o eixo principal da produção e da riqueza, não é o trabalho em si desempenhado pelo homem, nem o tempo gasto por ele para executá-lo, mas sim pelo tempo de trabalho não pago, sendo que o valor atribuído ao trabalho desempenhado não corresponde ao lucro por ele gerado.

Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador entrega sua única mercadoria ao possuidor do dinheiro, o capitalista, que vai explorá-la com bem entender. Ao adentrar na fábrica, o trabalhador vai encontrar os meios de produção, matéria-prima e ferramentas, necessárias à produção durante a sua jornada de trabalho. Jornada essa, que em parte será destinada a garantir o pagamento da força de trabalho, e a outra parte, o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista, na forma de trabalho excedente (SANTOS NETO, 2013).

Percebe-se como o trabalho, categoria fundante do ser social, passou e ainda passa por inúmeras transformações ao longo do tempo, e vem se adaptando aos modos de produção vigentes. Essa atividade que surgiu como forma de dignificar o ser, através da sua evolução, na atualidade tem sido usada pelo capitalismo para massacrar a humanidade.

3- Trabalho Docente na Contemporaneidade

O mundo do trabalho vem sofrendo alterações de todas as ordens em virtude das inúmeras crises que permeiam o sistema capitalista, o qual usa de todos os artifícios para manter sua acumulação. Todos os tipos de trabalho estão sujeitos a lógica do capital, e com o trabalho docente do ensino superior não é diferente. Seja

na esfera pública ou privada, os docentes sofrem os impactos dessas transformações do sistema capitalista como qualquer outro trabalhador.

Para França (2015), há uma interligação direta entre a reestruturação produtiva do mundo do trabalho e a superestrutura dos sistemas educacionais, principalmente com relação as condições estruturais do exercício profissional docente, dos professores que atuam no ensino superior. O desenvolvimento econômico do capitalismo não significou concomitantemente o desenvolvimento social, nas últimas três décadas. O desemprego é pertinente ao próprio crescimento econômico, e não resultado da ausência desse progresso. Ou melhor, o avanço do capitalismo, com sua profunda diversidade produtiva tem levado a uma desigualdade gigantesca sem premissa nas relações de trabalho.

Com a adoção do ideário neoliberal é instaurado à lógica do Estado mínimo, da desregulamentação e privatização da esfera pública. A educação e a formação profissional são ajustadas à reestruturação produtiva, à qual é oriunda da nova base técnica e dos processos de globalização. Essa perspectiva de desenvolvimento da ciência e tecnologia não contempla as relações sociais, eles impactam sobre o mundo da produção e do trabalho, contribuindo para a precarização do trabalho e do desemprego estrutural (FRIGOTTO, 1998).

Adorno (1995), adverte para os efeitos negativos da educação baseada apenas no esclarecimento da consciência, sobretudo quando esta é transformada em apenas mais um instrumento da situação social vigente. O desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, pois, este está vinculado a determinada formação social, pelo contrário, ele pode conduzir a barbárie, principalmente com a conversão da ciência em força produtiva social, bem como, pelo condicionamento dos processos formativos e educacionais ao modo de produção capitalista. Para o autor, “É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado” (p. 27).

Para a realização do trabalho se faz necessário uma articulação direta com a educação, e o alvo da ação educativa no modelo educacional atual é a preparação para o mercado de trabalho. Isso decorre do avanço científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior sociabilização da política mundial, através da política neoliberal, que é uma doutrina teórica-política da reação burguesa em busca da regularidade do

sistema capitalista. Nesse contexto a educação adquire um novo valor e uma nova necessidade de adequar-se às carências do mercado, bem como, de atender aos interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista (FRANÇA, 2015).

No capitalismo tudo se mercantiliza, a relação mercantil invade completamente tudo, e na área educacional não seria diferente, na lógica do capital a educação é transformada em mercadoria, o que torna cada vez mais difícil lutar pela defesa da educação pública e de qualidade. O neoliberalismo conseguiu impor suas políticas antidemocráticas ao dissolver o direito à educação como um direito social e de desintegrar o aparato institucional que garantia essa concretização (GENTILI, 1995).

A educação apresenta também uma particularidade contraditória, pois tem um lado mais humanizado, através do qual é possível incluir o sujeito no mercado de trabalho, e outro alienado, que nega essa inserção. E nesse contexto capitalista, a educação estará a serviço da humanização ou da alienação? O conhecimento será o instrumento que pode contribuir ou negar o processo de humanização. O Estado ao se abster da função reguladora do mercado de trabalho delega as empresas e o monopólio do conhecimento científico e tecnológico, isso tudo em busca da competitividade a todo preço, operando com poucos trabalhadores, aumentando a produção com o abuso de jornadas de trabalho, diminuição da produção por meio de férias coletivas, redução da jornada de trabalho ou até mesmo demissões em massa (FRANÇA, 2015).

O trabalho docente possui um duplo sentido, tornar-se produtivo à acumulação do capital na atual realidade brasileira, e passar de uma força de trabalho social à uma rentável mercadoria. A mercadoria força de trabalho docente do ensino superior, está sujeita as contradições próprias da relação capital e trabalho. Todavia, no setor público, não ocorre essa relação direta entre capital e trabalho. Mas, mercadoria é tudo o que é produzido com finalidade de troca. Para o capitalista é indiferente produzir mesas ou educação, conquanto, que suas mercadorias atendam uma necessidade social, pois o que realmente importa são as possibilidades de lucro (SILVA, 2012).

A educação é considerada um processo de trabalho. O professor é considerado um trabalhador produtivo, porque ao empregar sua força de trabalho, produz mais-valia, concorrendo para o processo de reprodução e expansão do capital. E esta determinação, é fundamental para as possibilidades e limites do seu trabalho. A partir da Lei nº 5.540 de 1968, responsável pela reforma do ensino superior, o trabalho

docente se divide em dois momentos, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo e o docente como o próprio produto de seu trabalho. O docente, ao ser considerado um trabalhador do sistema produtivo, estará sujeito a precarização do trabalho docente, seja nas instituições de ensino superior pública, seja nas IES privadas (FRANÇA, 2015).

Segundo Silva (2012), o trabalho docente é considerado bem complexo, e é assim, concebido por ser um trabalho instigante, desafiador, fascinante, multidimensional por sua natureza, enfim um trabalho ambíguo. Mas, também é visto como um trabalho simples, que pode ser de fácil execução pelo professor bem formado e bem preparado para o ensino. Essa complexidade se deve ao fato de o docente estar constantemente sendo desafiado a manter-se atualizado, e é instigante, pois se direciona a atividades diversas, como ensino, pesquisa e extensão. E esse caráter multifacetado do trabalho não permite uma atitude passiva do docente frente ao exercício profissional.

É um trabalho ambíguo, pois envolve forças intelectuais, forças operacionais de tempo e espaço, forças de articulação entre teoria e prática, enfim, não é simplesmente um trabalho intelectual. O trabalho docente possui uma dimensão instrumental, relacionada ao saber fazer, preparar aulas, uma dimensão teórica, de reflexão teórica, e uma dimensão prática que é a inserção no campo da pesquisa e do ensino, sem contar as múltiplas relações: professor-aluno, na sala de aula, e as relações estabelecidas nas supervisões de estágio, com outros profissionais, etc. O docente será responsável pela formação de um profissional que seja capaz de articular teoria e prática, além de ser um profissional reflexivo (SILVA, 2012).

Assim, torna-se primordial a defesa pela centralidade do trabalho, pelo trabalho digno do docente no ensino superior, e o respeito pela sua importante função na construção do ser humano mais crítico. Tendo a pesquisa científica como ferramenta capaz de encontrar soluções para as necessidades da população e não somente a favor dos interesses do grande capital.

4. CONCLUSÃO

O trabalho docente tem sofrido total influência da política neoliberal, que age sobre todos os setores da sociedade mundial, logo o Brasil também se insere nesse cenário da globalização sob controle do capitalismo. A ideologia neoliberal exige a

adoção do Estado mínimo, ou seja, o Estado reduziu seus incentivos financeiros principalmente em relação às políticas sociais, como educação, saúde, dentre outras, o que abre um campo propício para o setor empresarial atuar com o respaldo do próprio governo.

A educação pública superior constitui-se um alvo para o setor empresarial, o qual atua tanto na mercadorização da educação superior, por meio do aumento expressivo de inúmeras instituições de ensino superior privada, como através das parcerias público-privada com as universidades federais, com foco direcionado para as áreas tecnológicas, visto que são as mais rentáveis de lucro ao mercado capital.

A educação superior brasileira passou a ser uma área de interesse da lógica capitalista, pois é um mercado altamente lucrativo, recebedora de incentivos fiscais do governo e dispõe de recursos públicos para fomentar a atividade privada da educação superior. A isenção desses impostos a serem concedidos às IES privadas poderiam ser aplicados na ampliação de oferta de vagas em IES públicas. A verdadeira democratização do ensino superior ocorrerá pela inserção da população, independente da classe social, nas universidades públicas e gratuitas, mas para que isso ocorra faz-se necessário uma melhoria na educação como um todo, desde a educação básica.

A reforma universitária realizada no governo Lula atende as diretrizes estabelecidas (maior eficiência, qualidade e equidade nesse nível de ensino) pelos organismos internacionais, BM e OMC, e legitima a concepção da educação como um serviço não exclusivo do Estado, o que justifica a transferência de verba pública para o setor privado, que é um dos princípios neoliberais em mais um setor de exploração do capital. Os incentivos nesse nível de ensino contribuem para o aumento da produtividade do trabalho e conseqüentemente maior crescimento econômico a longo prazo. Daí a necessidade de se investir no setor privado, que seria um ensino terciário não universitário, voltado às transformações do mercado de trabalho, o qual pouparia recursos públicos, visto que o modelo tradicional de universidades europeias de pesquisas é oneroso.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho repercutem diretamente no trabalho docente, principalmente com as alterações no plano de cargos e carreira do magistério superior, que gera um desestímulo aos novos profissionais que se interessam por essa carreira profissional, tendo em vista que a desconstrução da

carreira docente é uma das estratégias do governo federal para acelerar o processo de privatização por dentro do ensino público superior.

A ideia é retirar a função social da universidade e transformá-la em uma prestadora de serviços com foco nas demandas do mercado. O Estado se livra de sua obrigação com a sociedade e transforma a atividade docente em parte de um grande negócio, isso faz parte da reforma de Estado nos moldes do neoliberalismo. Daí a necessidade de um plano de carreira condizente com essa lógica mercantilista. O Estado que antes detinha o papel de provedor, agora se transforma em uma espécie de regulador do mercado, pois quem dita as regras do nosso projeto de educação é o mercado (RODRIGUES; XAVIER, 2013).

As universidades passam a ser geridas como empresas comerciais, instituições privadas, e ao mudar a concepção de universidade, muda também a forma como o docente interage com a instituição, ela sofre efeitos da nova forma de organização e dos interesses do capital. O docente deixa de contribuir para a construção do conhecimento coletivo e passa a se dedicar à formação de novos profissionais ou à pesquisa condicionada aos interesses de seus próprios patrocinadores. Surgindo a figura do docente empreendedor, aquele que tem a iniciativa própria para captar recursos públicos e privados no mercado. E os critérios de avaliação do corpo docente dos programas de pós-graduação pela CAPES/MEC, vão pontuar melhor na progressão vertical esse docente que buscar financiamentos.

Enfim, o trabalho docente tem se tornado uma corrida intensa para publicar, os docentes precisam se destacar nas avaliações de órgãos do governo, as universidades necessitam atingir conceitos e notas altas, os programas de pós-graduação dependem da produção dos docentes e discentes para manterem suas posições. Os docentes precisam manter seus currículos sempre repletos de produções sejam de revistas, livros, artigos, e etc. Essa pressão por publicar de qualquer modo tem gerado uma expansão de revistas e livros não tão bons, textos apressados, sem tanta qualidade e profundidade, tudo com um único propósito, que é publicar para pontuar no currículo, os quais renderão melhores gratificações salariais, bem como, o reconhecimento do profissional ideal. As produções acadêmicas estão em linha de montagem, uma produção em massa.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Ludwing Wiesengrud. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Editora Paz e Terra, 1995. Disponível em: <<http://www.verlaine.pro.br/txt/pp5/adorno-educacao.pdf>>. Acesso em: 28/06/2016.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 171).

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva** – Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2ª ed. Londrina: Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. **A precarização do trabalho docente no ensino superior**: o processo de mercantilização da educação e a desprofissionalização docente. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PrMv7PRq.pdf>. Acesso em: 01/02/2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTLI, Pablo (Org.). Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, Volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

ROGRIGUES, Valdeci; XAVIER, Fátima. Ataques à carreira preparam o terreno da privatização. **Revista ANDES especial**, Dossiê Nacional 3, Brasília, 2013.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos Santos. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. **Universidade, ciência e violência de classe**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior**: entre o público e o mercantil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.